



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

151  
A0

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0253007-0

COMARCA: Recife

APELANTE (S): Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE

APELADO (S): Antônio Carlos de Albuquerque Melo

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CUSTEIO, PELO IRH, DA REALIZAÇÃO DO EXAME DE CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO E FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO THYROGEN. PACIENTE PORTADOR DE CARCINOMA PAPILIFERO DA TIREOIDE E METÁSTASE GANGLIONAR CERVICAL (CID 10 - C73 E E89.0). COBERTURA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. DEVER DO SASSEPE. 1. De proêmio, anotou-se que o SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco foi criado pela Lei Complementar nº 30/2001, e seu regulamento foi aprovado por intermédio do Decreto nº 23.137/2001. 2. Destina-se à prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e tem a função de realizar ações de medicina preventiva e curativa, ambulatorial e hospitalar, por meio de entidades, profissionais ou hospitais credenciados e, em especial, de sua rede própria. 3. Trata-se, pois, de *sistema de saúde* administrado e gerido pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco, cujas coberturas previstas são as constantes do rol de procedimentos definidos em Resoluções do Conselho Deliberativo do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – CONDASPE (a exemplo do art. 1º da Resolução nº 03/2004). 4. Ou seja, o SASSEPE é um sistema de adesão voluntária, cujo custeio conta com a participação dos seus beneficiários, além de contribuição fixa do Poder Executivo e variável dos demais Poderes, na proporção dos respectivos servidores aderentes, razão pela qual sua função não se confunde com a desempenhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal e igualitário, sem qualquer limite de cobertura de tratamentos. 5. Porém, anotou-se que ainda que a Lei Federal nº 9.656/98 não abranja os sistemas de saúde mantidos pelas pessoas jurídicas de direito público para os seus servidores, estes servidores, mesmo não qualificados como *consumidores* (na acepção tradicional de *direito privado*), não podem ficar à *completa mercê* das decisões administrativas que deliberem incluir ou excluir determinados procedimentos do âmbito de cobertura, o que em última análise resultaria em *cláusula potestativa* francamente incompatível com o caráter oneroso do sistema. 6. Deveras, a circunstância de o SASSEPE ser estruturado em *bases estatutárias* e de *adesão voluntária* não significa que não se apliquem aos aderentes, *por identidade de razão jurídica*, pelos menos algumas das regras protetivas comumente regentes das relações de consumo que envolvem planos de saúde privados, em especial quanto *ao efetivo conhecimento das condições e limites do sistema no momento da adesão e à prévia comunicação, a tempo e modo, das eventuais alterações das regras originárias*. 7. Nesse cenário, tem-se que a realização do exame/o fornecimento do medicamento solicitado não se afigura excepcional ou extraordinário, não se justificando, sob o prisma do princípio da razoabilidade, a negativa de seu custeio (precedente deste TJPE). 8. Por fim, é de se manter a condenação ao pagamento das custas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

152  
AP

processuais, nos termos constantes do art. 20, §§ 1º e 2º, do CPC, e a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação eqüitativa do Juízo, tal como previsto no §4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do respectivo §3º, tendo em conta, exatamente, a simplicidade da matéria. **9.** Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0253007-0, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de Junho de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0253007-0

COMARCA: Recife

APELANTE (S): Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE

APELADO (S): Antônio Carlos de Albuquerque Melo

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, nos autos da **Ação Ordinária** nº 0110528-41.2009.8.17.0001, que julgou procedente o pedido do autor, ora apelado, nos seguintes termos:

*"Ante o exposto, com base no art. 269, I do CPC, julgo procedente o pedido do autor, para determinar que o réu forneça o medicamento THYROGEN, para realização de exame Cintilografia de Corpo Inteiro, até o ano de 2011, conforme pedido na inicial. Condeno, ainda, o suplicado nas custas e honorários de sucumbência que arbitro em 10% do valor da causa."*

Irresignado com o indeferimento da antecipação de tutela (fl.32), o autor aforou Agravo de Instrumento (nº 0192315-3, fls. 34/44), ao qual se deu provimento, à unanimidade de votos (fls. 67/71), vindo a ser devolvido ao juízo de origem em 03/02/2012, conforme se depreende de consulta efetuada ao sítio de acompanhamento processual deste Tribunal (Sistema JUDWIN).

Na via ordinária, o autor/apelado, beneficiário do SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, sustenta ser portador de carcinoma papilífero da tireoide e metástase ganglionar cervical (CID 10 - C73 e E89.0), razão pela qual pugna pelo custeio, pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, da realização do exame de Cintilografia de Corpo Inteiro, e bem assim pelo fornecimento do medicamento THYROGEN, necessário à realização do referido exame, conforme preceitua a 'solicitação médica' (fl.10) e a 'declaração médica' (fl. 16), subscritas pela Dra. Telma F. G.Melo e Silva (CRM 4206).

Assevera o autor/apelado a imprescindibilidade do referido medicamento/exame, eis que *"tem indicação de realizar terapia de reposição hormonal contínua e de pesquisa anual de metástases a distância, por meio de cintilografia de corpo inteiro com I 131 até cinco anos após a iodoterapia"*, e bem assim que *"se encontra em tratamento de alteração psiquiátrica que contraindica a condição de hipotireoidismo descompensado para a realização da PCI"*, conforme se depreende da 'solicitação médica' e da 'declaração médica' mencionadas (fls.10 e 16).

Aduz ter formulado pedido administrativo ao SASSEPE, que foi indeferido sob o fundamento de que *"o KIT THYROGEN não tem cobertura pelo SASSEPE"* (fls.24/25).



146~



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Nesse panorama, o autor/apelado aponta como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 1º, *caput*, 3º, 5º, *caput*, 6º, e 196, c/c os arts. 159/160 da Constituição Estadual.

O IRH/PE interpôs o presente apelo (fls. 88/98) arguindo, em suma: (i) que o SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco foi criado pela Lei Complementar nº 30, de 02 de janeiro de 2001, e seu regulamento foi aprovado por intermédio do Decreto nº 23.137, de 21 de março de 2001, sendo gerido e administrado pelo IRH-PE; (ii) que o SASSEPE é um sistema de adesão voluntária (não compulsória - não tributária), cujo custeio conta com a participação dos seus beneficiários, além de contribuição fixa do Poder Executivo e variável dos demais Poderes, na proporção dos respectivos servidores aderentes, razão pela qual sua função não se confunde com a desempenhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal e igualitário, sem qualquer limite de cobertura de tratamentos; (iii) que o SASSEPE constitui um fundo com recursos limitados, gerido por recursos escassos, pelo que não se pode, sob o manto do direito à saúde, atribuir ao sistema a amplitude que seria desejável, em evidente prejuízo ao equilíbrio econômico e financeiro do mesmo, e em detrimento de milhares de usuários que necessitam daqueles recursos para o custeio de seus tratamentos legalmente amparados, sob pena de violação ao princípio da igualdade e da legalidade; (iv) *“que a LC 30/01 é expressa ao afirmar que a assistência à saúde será prestada aos beneficiários titulares e dependentes inscritos no SASSEPE, com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE”*; (v) que disponibilizar os recursos do SASSEPE para atender ao referido pleito seria impossibilitar a cobertura de tratamentos efetivamente contemplados no plano, o que prejudicaria sobremaneira a assistência regularmente prestada pelo SASSEPE, além de gerar prejuízos ao equilíbrio atuarial, indispensável ao bom funcionamento e sobrevida de qualquer sistema de saúde; (vi) que o autor/apelado postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) - já que o Judiciário passaria a substituir o administrador; (vii) que *“para aos credenciados do SASSEPE, a lei determina obrigatoriedade de perícia por médico auditor do Sistema, bem como de solicitação do exame médico pertencente ao corpo clínico do Hospital dos Servidores do Estado ou da rede credenciada para o respectivo deferimento”*; (viii) a ilegalidade da pretensão do autor/apelado, nos termos dos arts. 2º, III, e 3º da Resolução nº 11/2002 do CONDASPE – Conselho Deliberativo do SASSEPE, tendo em vista que inexistente, no caso em lide, qualquer perícia e/ou solicitação por médico do HSE ou credenciado; (ix) a ausência de direito do autor/apelado, eis que de acordo com as normas que regulam as ações de medicina preventiva e curativa do SASSEPE, editadas em conformidade com a LC nº 30/2011 (arts. 2º, III, e 3º da Resolução nº 11/2002 do CONDASPE – Conselho Deliberativo do SASSEPE), não há previsão legal para a realização do exame de cintilografia com uso do medicamento THYROGEN; (x) a desproporcionalidade/exorbitância na fixação dos honorários advocatícios (arbitrados em 10% sobre o valor da causa), que teria inobservado a equidade e os limites percentuais a que se referem os §§ 3º e 4º do art. 20, do CPC, pelo que requer a





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

redução dos mesmos ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, observando, neste ponto, os referidos preceitos; (xi) o descabimento da condenação *a quo* ao pagamento das custas processuais, somente cabível no caso de reembolso antecipado das mesmas pela parte *ex adversa*, que sendo beneficiária da justiça gratuita, não desembolsou qualquer quantia a este título; e (xii) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso ante o risco de lesão grave e de difícil reparação.

Em suas contra-razões (fls.102/115), reitera o autor/apelado os termos da exordial, e pugna pela manutenção da sentença vergastada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls.131/142) pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de junho de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

153  
A

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0253007-0**

**COMARCA: Recife**

**APELANTE (S): Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH/PE**

**APELADO (S): Antônio Carlos de Albuquerque Melo**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**VOTO**

Como visto, pugna o autor/apelado, beneficiário do SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco e portador de carcinoma papilífero da tireoide e metástase ganglionar cervical (CID 10 - C73 e E89.0), pelo custeio, pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, da realização do exame de Cintilografia de Corpo Inteiro, e bem assim pelo fornecimento do medicamento THYROGEN, necessário à realização do referido exame, conforme preceitua a 'solicitação médica' (fl.10) e a 'declaração médica' (fl. 16), subscritas pela Dra. Telma F. G.Melo e Silva (CRM 4206).

De proêmio, anoto que o SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco foi criado pela Lei Complementar nº 30, de 02 de janeiro de 2001, e seu regulamento foi aprovado por intermédio do Decreto nº 23.137, de 21 de março de 2001.

Destina-se à prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e tem a função de realizar ações de medicina preventiva e curativa, ambulatorial e hospitalar, por meio de entidades, profissionais ou hospitais credenciados e, em especial, de sua rede própria.

Trata-se, pois, de *sistema de saúde* administrado e gerido pelo IRH/PE - Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco, cujas coberturas previstas são as constantes do rol de procedimentos definidos em Resoluções do Conselho Deliberativo do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - CONDASPE.

A Resolução nº 03/2004, em seu art. 1º, dispõe:

*“Art. 1º - São excluídos da cobertura de assistência médica proporcionada pelo SASSEPE os seguintes procedimentos de diagnose e terapia:*

*I – Implantação de marcapassos, exceto marcapasso unicameral para pacientes internados no HSE;*

*II – Implantação de Stents revestidos e liberadores de drogas (Taxol e Rapamicina);*

*III – Radioterapia conformacional ou conformada (3D);*

*IV – Próteses de implantação cirúrgica importada;*

*V – Próteses não implantadas cirurgicamente (órteses);*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

159  
/

- VI – Cirurgia de LASIK;*
- VII – Terapia fotodinâmica com Visudyme (TFD);*
- VIII – Procedimentos, tratamentos e/ou exames complementares realizados fora do Estado de Pernambuco;*
- IX – Tesoura para uso cirúrgico – ULTRACISION;*
- X – Vacinas dessensibilizantes;*
- XI – Droga antifúngica – Anfotericina B Lipossomal;*
- XII – Facectomia pela técnica de Facoemulsificação com uso de lentes intra-oculares dobráveis;*
- XIII – Todos os demais procedimentos não previstos na tabela do SASSEPE.*

**Art. 2º - Compete ao Instituto de Recurso Humanos – IRH/PE, fiscalizar o fiel cumprimento desta Resolução.” (...).**

Ou seja, o SASSEPE é um sistema de adesão voluntária, cujo custeio conta com a participação dos seus beneficiários, além de contribuição fixa do Poder Executivo e variável dos demais Poderes, na proporção dos respectivos servidores aderentes, razão pela qual sua função não se confunde com a desempenhada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujo acesso é universal e igualitário, sem qualquer limite de cobertura de tratamentos.

Porém, penso que ainda que a Lei Federal nº 9.656/98 não abranja os sistemas de saúde mantidos pelas pessoas jurídicas de direito público para os seus servidores, estes servidores, mesmo não qualificados como *consumidores* (na acepção tradicional de *direito privado*), não podem ficar à *completa mercê* das decisões administrativas que deliberem incluir ou excluir determinados procedimentos do âmbito de cobertura, o que em última análise resultaria em *cláusula potestativa* francamente incompatível com o caráter oneroso do sistema.

Deveras, a circunstância de o SASSEPE ser estruturado em *bases estatutárias* e de *adesão voluntária* não significa que não se apliquem aos aderentes, *por identidade de razão jurídica*, pelos menos algumas das regras protetivas comumente regentes das relações de consumo que envolvem planos de saúde privados, em especial quanto ao *efetivo conhecimento das condições e limites do sistema no momento da adesão* e à *prévia comunicação, a tempo e modo, das eventuais alterações das regras originárias*.

Nesse cenário, tenho que a realização do exame/o fornecimento do medicamento solicitado não se afigura excepcional ou extraordinário, não se justificando, sob o prisma do princípio da razoabilidade, a negativa de seu custeio.

Em reforço argumentativo, apresento o seguinte precedente deste TJPE:

**“EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. TRATAMENTO DE SAÚDE INDISPENSÁVEL À SAÚDE DO BENEFICIÁRIO. HEMODIÁLISE HOSPITALAR. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA RENAL CRÔNICA. SASSEPE. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE. DECISÃO**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

156  
20

MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O autor/agravado é beneficiário do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, tendo esse sistema como função a cobertura de despesas dos serviços de atendimento médico-hospitalar, bem como os atos necessários ao diagnóstico e tratamento, prestados aos seus beneficiários. 2. A relação mantida entre a entidade mantenedora do plano de saúde - SASSEPE e o agravado beneficiário caracteriza-se pelo objeto contratado, no caso, contrato de plano de saúde, sendo irrelevante a natureza jurídica da entidade prestadora do serviço. Logo, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores de Pernambuco, o fornecimento do tratamento requestado. 3. A pretensão do autor beneficiário encontra-se amparada por um conjunto probatório capaz de confirmar a existência dos requisitos indispensáveis ao seu deferimento: (a) existência de enfermidade; (b) necessidade do tratamento; (c) perícia e avaliação realizadas por médico especialista; (iv) condição de beneficiário do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, razão pela qual se afiguram presentes todos os requisitos indispensáveis à formação do juízo de convencimento do MM Juízo da 1ª Vara Fazendária da Comarca de Jaboatão dos Guararapes. 4. A indisponibilidade de recursos financeiros não afasta o dever assistencial imputado ao poder público. Ocorre que o direito à saúde, estreitamente ligado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, sempre deve prevalecer sobre obstáculos de ordem financeira em razão do alto status que goza no plano constitucional. 5. Em instituindo o Sistema de Assistência dos Servidores Públicos - SASSEPE, o Estado de Pernambuco tem por escopo a promoção da saúde em relação aos seus servidores e beneficiários de forma universalizada e eficiente. Pela própria natureza do serviço prestado, o SASSEPE encontra-se obrigado à contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos do apelante não podem se sobrepor ao direito à vida do beneficiário. 6. A multa diária tem por escopo unicamente reprimir a resistência do SASSEPE, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação de astreintes no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do paciente que apresenta um quadro de extrema gravidade. 7. À unanimidade, Recursos de Agravo não provido. (Agravo 322265-1 (0013469-17.2013.8.17.0000), Rel. Des. Jorge Américo Pereira de Lira, 1ª Câmara de Direito Público, DJ 11.03.2014)".

Por fim, é de se manter a condenação ao pagamento das custas processuais, nos termos constantes do art. 20, §§ 1º e 2º, do CPC, e a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação equitativa do Juízo, tal como previsto no §4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do respectivo §3º, tendo em conta, exatamente, a simplicidade da matéria.

Ante o exposto, e sendo certo que a pretensão do apelante está em linha de confronto com a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o **apelo voluntário**.

Recife, 18 de ~~maio~~ de 2014.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator